



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A DIALÉTICA RELAÇÃO ESTADO E RELIGIÃO NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO.

LILIAM DOS REIS SOUZA SANTOS¹

RODRIGO CHAVEIRO DA SILVA²

Resumo:

O artigo analisa a relação entre Estado e religião, mostrando que a secularização reduziu a influência da religião na política, mas não a eliminou da esfera pública. No Brasil, a extrema direita usa a religião para justificar políticas excludentes, desafiando o princípio da laicidade. O estudo demonstra a complexidade dessa relação e a persistência da influência religiosa na política contemporânea.

Palavras-chave: Estado, religião, capitalismo, dominação.

Abstract:

This article analyzes the relationship between the State and religion, showing that secularization has reduced the influence of religion in politics, but has not eliminated it from the public sphere. In Brazil, the far right uses religion to justify exclusionary policies, challenging the principle of secularism. The study demonstrates the complexity of this relationship and the persistence of religious influence in contemporary politics.

Keywords: State, religion, capitalism, domination.

¹ Universidade de Brasília

² Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

Este texto perpassa pela relação de reciprocidade e antagonismo entre religião e Estado, buscando, por meio de uma abordagem crítica, histórica e dialética, entender os nexos da religião cristã com a formação dos Estados burgueses, que tem como marco a emancipação política burguesa, demarcada historicamente pelas revoluções gloriosas e francesa, e organizada sob os pilares do direito natural, da reformulação dos sentidos clássicos de democracia e cidadania, irrompendo com as explicações e justificativas religiosas sobre o poder político.

A emancipação política burguesa tornou possível um perfil de igualdade política estruturada sobre a desigualdade econômica desencadeada pelas suas relações de produção coletiva, mas com apropriação privada. Formalizando, segundo Wood (2011) um modo de produção assentado em uma superficial separação entre esfera política e econômica. Também revolucionou a organização das relações sociais, segmentando-as em duas esferas: pública (Estado) e a privada (sociedade). No campo da esfera pública emerge o Estado como instância universal e guardião da igualdade política assegurada nas leis; a esfera privada agrega a sociedade civil que concentra as relações econômicas, as liberdades individuais, dentre elas a fé.

Essa nova reconfiguração social promovida pela emancipação política burguesa “provocou o deslocamento da religião do Estado para a sociedade civil”, assim, coloca a religião no campo do direito privado. De tal modo, expressa a superação do caráter religioso do Estado, mas tão pouco suprime quanto se esforça por suprimir a religiosidade real do homem; por isso, expressa um avanço político importante, mas não alcança a “forma final da emancipação humana” (Marx, 2010b).

Embora a emancipação política burguesa se explique como a superação das amarras religiosas e metafísicas na justificação do poder político, e defenda a perspectiva do Estado laico, consideramos que ela não irrompe com as influências e imbricações religiosas, mas captura a religião, particularmente o cristianismo, no âmbito da estruturação das suas relações sociais e políticas. Esta apreensão dos nexos entre religião e Estado assenta-se em uma compreensão crítica do Estado como criatura da sociedade, não estando acima das contradições e lutas de classe, mas constituído por elas.

Assim, a premissa de dissociação entre esferas pública e privada, ou de outro modo, entre Estado e sociedade civil, é um discurso ideológico que busca encobrir suas interações e conexões dialéticas que os constituem. No caso do debate religioso, consideramos que a emancipação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

política assegurou ao homem “liberdade de religião”, associando-a as relações econômicas e políticas vigentes. Processos que acompanham a trajetória histórica deste modo de produção, incluindo o contexto contemporâneo, conforme o debate a seguir, que se estrutura em três itens, a saber: 1 – abordagem conceitual sobre o Estado; 2 – a dialética interação entre Estado e religião ao longo da história; 3 – as conexões atuais entre Estado e religião, com ênfase na realidade brasileira.

1.0 A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO NOS MARCOS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA BURGUESA.

A formação dos Estados burgueses esteve intrinsecamente ligada ao declínio do feudalismo após a Idade Média, as revoluções e a hegemonia econômica da burguesia desempenharam papéis fundamentais. Para adentrar neste tema, contudo, é necessário situar a compreensão conceitual a respeito do Estado adotada nesta análise. Compreensão se opõe as explicações das ciências sociais burguesas, e se fundamenta no campo da tradição marxista, onde é consenso que o Estado não surge em meio às relações sociais como elemento de conciliação de classes, mas como elemento de dominação de classes, ou seja, emerge como expressão inconciliável entre antagonismos de classe. (Engels, 1984; Lênin, 2007).

Ainda que a dominação seja um elemento fundamental do Estado, ela se reveste dos elementos de contradição da própria sociedade burguesa – o embate elementar entre duas classes antagônicas, capital x trabalho, o que assegura ao Estado burguês uma dimensão contraditória que o impede de ser um instrumento exclusivo da burguesia, mas sim, um condensador de luta política entre as classes sociais, o que exige dele transitar e responder aos embate e disputas desse antagonismo fundamental presente nas lutas de classe, sempre na condição de organizador da dominação e do poder político da classe dominante, o que não impede dele espelhar as diversas dimensões da vida social, incluindo as esferas culturais e religiosas que, por sua vez, são moldadas a partir das relações de produção dominante.

Para Engels (1984) o “Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] é antes um produto da sociedade”, e esta determinação acentua as contradições do Estado burguês, forçando-o a responder as demandas que são postas pela sociedade, ainda que procure manter uma separação relativa dela. Neste sentido, entende-se existe uma interação dialética entre Estado-Sociedade e que uma exerce influência na outra.

Assim, pressupomos que a religião — que no campo das relações sociais burguesas, encontra-se na esfera da sociedade —, exerce influência sobre o Estado. A depender da forma como esses grupos religiosos encontram-se articulados na sociedade e dos projetos societários a que se vinculam, pressionam o Estado a assumir os seus elementos compartilhados, incluindo valores religiosos.

Os princípios éticos e morais derivados de sistemas religiosos moldaram as leis e políticas estatais, revelando a estreita relação entre o Estado e a religião. Apesar de ser uma visão que não abarca a totalidade conceitual do Estado, a noção de que o Estado é um espaço onde as classes dominantes se posicionam diante das lutas de classes sugere que as crenças religiosas podem ser mobilizadas como instrumentos de legitimação ou contestação do poder estatal. Assim, a concepção do Estado como produto da sociedade inclui a compreensão de que as crenças religiosas moldam e são moldadas pelo aparato estatal. Essa dinâmica entre Estado e religião destaca a complexidade da influência mútua entre as esferas políticas e religiosas na construção da sociedade.

1.1 A HISTORICIDADE DOS ESTADOS BURGUESES E A SUA DIALÉTICA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO.

A burguesia tem, há muito tempo, usado valores e crenças religiosas para legitimar seu poder. Após a Revolução Francesa, ficou evidente para ela que a Igreja poderia desempenhar um papel importante na manutenção da estabilidade social. Em alguns casos, figuras burguesas dissimulavam um perfil religioso, contudo, "era simplesmente uma fachada tradicionalista" (Hobsbawm, 2015, p. 359), favorecendo movimentos políticos. O Catecismo da Igreja Católica, por exemplo, destaca o amor pelos pobres como um motivo para o dever de trabalhar, citando a necessidade de ajudar os necessitados. No entanto, esse princípio foi manipulado pela burguesia para perpetuar sua dominação. Eles distorceram esse princípio, apresentando a pobreza como algo divinamente ordenado, levando as classes mais baixas a se conformarem com sua condição, fazendo-as acreditar que era a vontade de Deus. Isso serviu para manter a estrutura de dominação da burguesia intacta.

A partir da análise histórica da centralidade do feudalismo na Idade Média, é observado que as estruturas sociais e políticas da Europa foram moldadas pela hierarquia feudal. Essa organização social garantia poder e privilégios à nobreza e ao clero, enquanto os camponeses



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

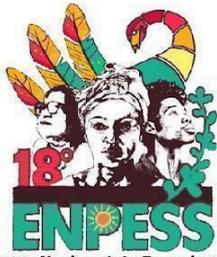
enfrentam condições de servidão e exploração. Esse sistema, embora fundamentado em tradições e valores religiosos, como o cristianismo, eventualmente deu lugar a transformações sociais e econômicas que culminaram nas revoluções burguesas.

As revoluções burguesas representaram uma ruptura com o antigo regime feudal, marcando o surgimento de uma nova classe dominante: a burguesia. Movimentos como a Revolução Puritana na Inglaterra, a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa foram impulsionadas pela ascensão da burguesia, que buscava desafiar o domínio aristocrático e estabelecer uma nova ordem política e econômica baseada em princípios liberais.

O Iluminismo desempenhou um papel fundamental nesse processo, promovendo ideais de racionalidade, liberdade individual e laicidade. Os princípios iluministas desafiaram a autoridade religiosa tradicional, defendendo a autonomia da razão e a separação entre fé e governo. Nesse sentido, as revoluções burguesas não apenas transformaram as estruturas de poder, mas também contribuíram para o avanço da laicidade do Estado.

Contudo, nesses processos, a religião pôde ser usada como um instrumento para iludir o povo, mas também pode ser uma força motivadora para a sociedade lutar por um mundo melhor: “para as massas, era principalmente um método de luta contra a sociedade cada vez mais fria, desumana e tirânica do liberalismo da classe média” (Hobsbawm, 2015, p. 357). A religião pode ser uma forma de o homem se conformar com as condições injustas da sociedade, mas também pode ser uma forma de resistir à opressão. Não seria plausível ignorar que a religião possui sua importância e relevância. Não se podem simplificar as ações humanas apenas para favorecer a preservação do capital. A religião não é um fenômeno exclusivo do ambiente político e econômico, uma vez que sua existência remonta a períodos muito anteriores à ascensão do capitalismo e do Estado burguês. Ela desempenha funções que transcendem esses domínios específicos, embora, é claro, sua relação com eles não seja neutra e possa variar conforme a conjuntura.

Considerando a longa presença da religião na sociedade, é relevante entender a afirmação de Marx na Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (2010a), onde ele sugere que na religião o homem encontra seu próprio reflexo, e que não é a religião que faz o homem, mas o homem que faz a religião. Marx não está discutindo a origem da religião no sentido de sua criação a partir do nada; o verbo "fazer" aqui implica mais na elaboração e adaptação às circunstâncias históricas. Não desconsidera a religião como agente reproduzidor da divisão de classes e fortalecimento da burguesia conforme seus interesses. Mas sugere um ponto que cabe discutir ao considerar a estrutura sociopolítica e relacioná-la à crítica marxista, onde se compreende que o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

homem busca na religião um significado para sua consciência de mundo ou uma fonte de força para enfrentar a opressão de uma sociedade cada vez mais injusta. Ele projeta suas vontades e seu poder na religião. Nesse contexto, é perceptível que a religião pode ser utilizada pelo Estado para sua própria perpetuação, assim como o Estado pode instrumentalizar a religião para seus próprios fins.

O real sentido da religião pode ser deturpado pelos interesses do Estado e de seus administradores. Não importa se os senhores acreditam ou não nas suas respectivas religiões, mas as classes sociais se apropriam da religião de acordo com seus interesses. (Engels, 1984) O Estado está na sociedade, assim como a sociedade está no Estado. Por isso, a religião, entendida por essa máquina estatal, não se limita a ela, mas é compartilhada para o povo. Esse se torna alienado, apoiando vontades governamentais que se escondem por detrás de um sentido messiânico e uma corrompida ideia da vontade divina. “Ela (a religião) é o ópio do povo.” (Marx, 2010a, p. 145)

Houve uma correlação de forças fortalecida pelas revoluções, especialmente a francesa. De um lado, o pensamento religioso lutava para permanecer influente, embora não mais hegemônico como em tempos anteriores. Do outro lado, surgia um pensamento secularizado, fundamentado no racionalismo, que empregava a razão para orientar as ações e ideologias dos indivíduos.

Os participantes da revolução eram diversos, abrangendo desde os estratos mais baixos até os mais altos da sociedade. No entanto, foi a burguesia que acabou se apropriando dos benefícios das revoltas. Enquanto isso, a maioria da população trabalhadora continuava a enfrentar condições de vida miseráveis, apesar das mudanças ocorridas na França, esses ainda mantinham suas crenças religiosas e a fé em um ser supremo.

Mesmo entre os burgueses, havia aqueles que professavam a fé cristã. No entanto, a hegemonia política anticristã prevaleceu entre eles, em grande parte devido à influência de alguns liberais dessa classe, que detinham meios para impor suas ideias. Essa hegemonia foi suficiente para enfraquecer o cristianismo entre os burgueses. No entanto, em um processo educativo, muitos adotavam uma moralidade burguesa anticristã que era, em essência, equivalente à moralidade cristã. (Hobsbawm, 2015) Isso demonstra que, apesar do afastamento da ideologia religiosa, os burgueses ainda se valiam dos princípios morais e éticos cristãos para manter o domínio sobre as massas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A secularização nos séculos XVIII e XIX foi um fenômeno significativo. Nesse contexto, observa-se que, paralelamente, a ciência estava em ascensão, com seu método científico ganhando consistência e credibilidade. Esse método permitiu comprovar a validade e utilidade da ciência em diversas áreas da sociedade, por meio de um processo lógico e ordenado de pesquisa, muitas vezes desmascarando falsos milagres, mistérios e superstições. Além disso, a teoria da evolução desafiou a narrativa histórica contida na Bíblia, minando a credibilidade, para alguns indivíduos, desses textos religiosos.

Regimes políticos em diversos momentos da história se opuseram aos privilégios e à propriedade legal das igrejas estabelecidas e de seu clero (Hobsbawm, 2015), assumindo para si responsabilidades que anteriormente eram atribuídas às instituições religiosas. Tornou-se evidente uma mudança significativa na maneira como o Estado passa a assumir as funções relacionadas à educação e assistência social, que antes eram predominantemente executadas pela Igreja.

Durante esse período de secularização, as seitas protestantes emergiram como um refúgio espiritual e uma fonte de significado para muitos indivíduos, principalmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Esta ascensão foi impulsionada pelo fato de que, diferentemente dos países católicos romanos, onde o estabelecimento público de seitas protestantes não era aceito, essas seitas encontraram espaço para prosperar nessas nações. (Hobsbawm, 2015) Elas conseguiram oferecer respostas convincentes para as preocupações e necessidades da época, destacando-se como alternativas viáveis em um cenário de crescente secularização.

No mesmo período, em meio a uma crescente secularização da sociedade, onde as instituições religiosas tradicionais estavam perdendo influência, o protestantismo emergiu como uma alternativa que ressoava entre os indivíduos que buscavam encontrar um sentido em um mundo em rápida transformação. Comparativamente a outras tradições religiosas, as seitas protestantes se destacavam por sua falta de uma hierarquia clerical formal, tornando-as mais acessíveis e democráticas. Além disso, davam menos importância ao ritual e à liturgia, enfatizando em vez disso a experiência religiosa individual e a emoção. Proporcionava, assim, um senso de pertencimento e propósito para aqueles que se sentiam deslocados ou marginalizados em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

A legitimação do protestantismo pelos governos como uma forma de religião fortaleceu a dissolução da ordem política, moral e religiosa tradicional. Paralelamente, a reação contra as tendências liberais, especialmente entre os jovens das classes superiores, que buscavam abrigo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nos "hospitaleiros braços de Roma", (Hobsbawm, 2015, p. 360) abraçando o catolicismo romano como uma alternativa ao liberalismo e ao racionalismo.

O catolicismo foi retratado como uma força antagônica ao liberalismo predominante. Embora existissem pensadores católicos que adotavam ideias liberais, “o corpo principal da Igreja era cada vez mais militantemente antiliberal”, (Hobsbawm, 2015, p. 361) e, por vezes, aproximava-se até de sentido socialista no catolicismo.

Do ponto de vista econômico, a rápida industrialização e o crescimento do capitalismo geraram estresse e insegurança social, levando as pessoas a buscar conforto e significado no protestantismo durante os períodos de depressão econômica. Além disso, a crença no fim dos tempos e na volta de Cristo, comum em muitas denominações, oferecia consolo em meio à incerteza e à instabilidade econômica, enquanto a ênfase na responsabilidade individual e na austeridade moral fornecia um caminho para enfrentar os desafios éticos e sociais do tempo.

O crescimento do protestantismo teve maior ênfase na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Assim, em um período de secularização, as seitas protestantes se tornaram um refúgio espiritual e uma fonte de significado para muitos, ganhando espaço significativo ao oferecer respostas convincentes para as preocupações e necessidades da época.

1.3 A IMBRICAÇÃO ESTADO-RELIGIÃO COMO REALIDADE HISTÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES ÀS DINÂMICAS DE DOMINAÇÃO ATUAIS

A análise das revoluções burguesas e da formação dos Estados revela uma transformação significativa na dinâmica entre o Estado e a religião, sinalizando um processo de secularização e redução da influência religiosa sobre as estruturas de poder. Apesar da diminuição formal da presença religiosa nas esferas governamentais, é evidente que a influência religiosa perdurou.

A captura da religião cristã pelo capitalismo foi um fenômeno complexo, no qual a religião atuou como instrumento de legitimação do poder burguês e, ao mesmo tempo, como fonte de resistência e esperança para as massas oprimidas. Nota-se que a burguesia utilizou a religião para justificar seu domínio, enquanto movimentos religiosos reformistas, como as seitas protestantes, ofereciam alternativas espirituais em um mundo em rápida transformação.

Um aspecto crucial dessas revoluções foi a relação entre Estado e religião. No feudalismo, a Igreja Católica tinha grande poder político e religioso. As revoluções burguesas desafiaram essa influência, promovendo a secularização do Estado e a separação entre poder político e religioso.

Isso ficou evidente na Revolução Francesa, onde a burguesia emergente buscou minar o poder da Igreja Católica, nacionalizando suas terras e promovendo a liberdade religiosa.

No entanto, a captura da religião cristã pelo capitalismo também foi observada. A burguesia utilizou a fé e os valores religiosos para legitimar seu poder e manter a ordem social. Isso ficou evidente na manipulação dos princípios religiosos para perpetuar a dominação, como a apresentação da pobreza como algo divinamente ordenado.

É importante reconhecer que, apesar da secularização formal do Estado, a influência da religião ainda persiste, muitas vezes de forma sutil ou indireta. A captura da religião pelo capitalismo, observada ao longo das revoluções burguesas, revela a complexidade dessa relação. A religião continua a ser um instrumento de legitimação do poder burguês para alguns, enquanto para outros, como as massas oprimidas, oferece esperança e resistência.

Portanto, o debate sobre a laicidade do Estado e a influência da religião na esfera pública permanece relevante nos dias de hoje. É essencial questionar como garantir uma verdadeira separação entre Estado e religião, preservando ao mesmo tempo a liberdade de crença e a diversidade religiosa. Somente através desse diálogo crítico e contínuo é que se pode avançar em direção a uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Para melhor compreender a laicidade, é fundamental situá-la dentro do contexto histórico das revoluções burguesas. A laicidade não se limita à mera separação entre Estado e religião, mas implica na autonomia do Estado em relação a quaisquer doutrinas religiosas. Ela pressupõe um espaço público neutro, onde diferentes visões de mundo coexistem sem que nenhuma delas detenha privilégios ou influências desproporcionais sobre as políticas estatais.

No entanto, mesmo com essa separação formal, a influência religiosa persiste de diversas formas. A igreja, apesar de não exercer mais o poder político direto que detinha em épocas anteriores, ainda exerce uma influência significativa na esfera moral e cultural da sociedade. Sua voz ecoa nos debates públicos, influenciando a opinião de muitos cidadãos e, por conseguinte, moldando indiretamente as políticas estatais.

O Estado, como produto das relações sociais, reflete os interesses diversos de diferentes grupos e instituições. Nesse sentido, não é surpreendente que diversas instituições, incluindo a igreja, interfiram nas decisões do poder público. A influência da religião na esfera política é especialmente notável em questões morais e éticas, como o debate sobre o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a educação sexual nas escolas.

É importante ressaltar que essa interferência nem sempre é explícita ou direta. Muitas vezes, manifesta-se de maneira sutil, por meio de discursos políticos que ecoam princípios religiosos, ou através de lobby e pressão de grupos religiosos sobre os legisladores. Portanto, mesmo em um Estado formalmente laico, a influência da religião sobre as políticas públicas ainda é uma realidade a ser enfrentada.

Nos últimos anos, é observado um aumento significativo da presença de grupos evangélicos na estrutura institucional do Estado. Parlamentares e governantes com afiliação religiosa têm sido eleitos com frequência crescente, trazendo consigo uma perspectiva moral e religiosa para a formulação de políticas públicas. Isso levanta questões pertinentes sobre a secularidade do Estado burguês e a amplitude de sua esfera pública.

Embora o Estado burguês tenha emergido como uma instituição supostamente neutra em termos religiosos, o crescimento do poder político dos evangélicos pode representar uma ameaça à sua dimensão pública. Se as políticas estatais passam a refletir predominantemente os valores e interesses de determinados grupos religiosos, corre-se o risco de minar a pluralidade e a igualdade de direitos que são fundamentais para uma sociedade democrática.

Esse contexto torna-se ainda mais complexo no Brasil atual, onde a associação perversa entre segmentos da extrema direita com segmentos neoconservadores que tem se apoiado na religião para defender seus interesses, refletindo um processo mundial. Movimentos neoconservadores, nesse contexto, vêm utilizando de discursos religiosos para legitimar políticas que, muitas vezes, ameaçam direitos civis e promovem a exclusão de minorias. Isso demonstra que a interseção entre política e religião continua a ser uma arena de disputa e poder.

O crescimento de congressistas religiosos e o uso das estruturas institucionais públicas do Estado brasileiro para promover e defender a sua matriz religiosa, levanta questões sobre a verdadeira extensão da laicidade do Estado burguês e sua capacidade de manter uma esfera pública verdadeiramente plural e democrática. Diante desse cenário, é fundamental um debate contínuo sobre o papel da religião na esfera pública e a necessidade de preservar a autonomia do Estado em relação a quaisquer doutrinas religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa, densa e dialética relação Estado e religião foi a temática e problemática deste texto. Buscou-se por meio destas reflexões desconstruir a aparente separação entre Estado e

sociedade civil, evidenciando os nexos constitutivos e interativos entre estas categorias, tendo marco analítico a religião cristã.

O artigo analisa a historicidade da relação entre Estado e religião, mostrando que a secularização reduziu a influência da religião na política, mas não a eliminou da esfera pública, e que essa interação é uma constante histórica ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas que sofre influência de seus padrões acumulativos, das suas crises econômicas e sociais, a exemplo do contexto atual marcado pelo fortalecimento de agendas conservadoras atreladas à extrema-direita.

Sobre os processos atuais da conexão Estado e religião, ressaltamos que no Brasil, a extrema direita usa a religião para justificar políticas excludentes, desafiando o princípio da laicidade, que demonstra a complexidade dessa relação e a persistência da influência religiosa na política contemporânea.

As bandeiras e agendas da extrema direita e do neoconservadorismo, vêm instrumentalizando a religião para legitimar seus interesses. Esse fenômeno, em consonância com tendências globais, evidencia a persistente interseção entre política e fé como campo de disputa por poder.

A instrumentalização da religião por movimentos neoconservadores configura um desafio particular, pois a fé é utilizada para justificar políticas que, muitas vezes, colidem com os direitos civis e marginalizam grupos minoritários.

Neste contexto verifica-se o uso, captura e manipulação das estruturas públicas do Estado, para disseminar um perfil religioso e seus modos de vida e valores. Assim, o Estado é visto como um instrumento que deve ser utilizado para reforçar normas sociais conservadoras e proteger os interesses da maioria, frequentemente à custa das liberdades e direitos de grupos marginalizados.

Em uma postura contraditória, verifica-se um discurso de redução da intervenção estatal na economia, mas defende uma intervenção autoritária em demandas sociais, promovendo uma "ordem moral" que se alinha aos valores tradicionais e nacionalistas. Processos que promovem a exclusão social e a discriminação, frequentemente legitimando essas práticas através de uma retórica religiosa ou nacionalista.

Nesse sentido, a conjuntura política contemporânea é palco de um processo de instrumentalização da religião para reforçar uma agenda conservadora, segmentada em um discurso de fundamentalismo religioso, utilizando a religião como um mecanismo de controle social e legitimação de suas políticas excludentes. Essa estratégia se apoia na ideia de que a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

religião pode ser usada para justificar a moralidade conservadora e a defesa dos "valores tradicionais," ao mesmo tempo em que fortalece a autoridade do Estado sobre questões sociais e culturais. Essa instrumentalização da fé é particularmente eficaz em sociedades onde a religião desempenha um papel central na vida cotidiana, permitindo que a extrema-direita construa uma narrativa que conecta a proteção da fé com a proteção da nação, essa é a realidade do Brasil. Contra essa tendência é que este artigo se coloca, entendemos a religião como um direito fundamental, mas sem que ela seja usada como arma de manipulação e dominação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos avançados, 2004, 18: 109-120.
- CARVALHO, Nara Pereira. **A Formação da Liberdade Religiosa: peculiaridades e vicissitudes no Brasil**. 2011.
- DA ROCHA, Joaquim Freitas; BARBOSA, Andreia. Equívocos a propósito da laicidade do Estado (perspetiva jurídico-constitucional). **Revista Jurídica Portucalense**, 2021, 130-151.
- DE SOUZA NETO, Homero Antunes. As instituições em Marx: uma análise introdutória. **Ciência & Luta de Classes**, 2022, 5.7/8.
- EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, 2010.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GANEM, Cássia Maria Senna. **Estado laico e direitos fundamentais**. CM GANEM, & e. al, Constituição de, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. – 35° ed – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.
- LÊNIN. V. **O Estado e a revolução**. Expressão popular. 2007.
- LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 1998, 157-170.
- MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985. Tradução de José Paulo Netto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

———. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2010a.

———. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

———; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

———. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010b.

———. **Sobre a questão judaica**. Marxists Internet Archive, 1843. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MONTERO, Paula. Religião, Laicidade e Secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Revista Cultura y Religión**, v. 7, n. 2, p. 13-31, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, Leidiane Souza. Reforma Gerencial, Neodesenvolvimentismo e Ponte para o Futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. **SER Social**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 263–282, 2019. DOI: 10.26512/ser_social.v21i45.20366. Disponível em: periodicos.unb.br. Acesso em: 2 jul. 2024.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza; DA SILVA, Rodrigo Chaveiro. **Estado-sociedade**: ascensão evangélica à estrutura institucional do Estado brasileiro. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 2023, 1.1.

———. **Leviatã ou Behemoth?**: verso e reverso da relação orgânica entre Estado e capitalismo na política social. 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo. Boitempo. 2011.